

Mercado de trabalho no Nordeste: 2000-2010: avanços e desafios

Leonardo Guimarães Neto

15

Mercado de trabalho no Nordeste – 2000-2010: avanços e desafios

LEONARDO GUIMARÃES NETO

RESUMO

O texto inicia estabelecendo o confronto entre a dinâmica econômica e o mercado de trabalho do Nordeste, procurando destacar as grandes transformações ocorridas entre 2000 e 2010. Aborda, em seguida, o dinamismo ocorrido no emprego e no rendimento, nas relações de formalidade/informalidade, no nível de instrução, na distribuição do rendimento das pessoas ocupadas e no emprego segundo faixa etária. Finalmente explicita os grandes desafios que a região terá de superar para garantir melhorias substanciais nas relações de trabalho e nas condições de vida da população regional.

ABSTRACT

The text begins by establishing the confrontation between economic dynamics and the labor market in the Northeast Region, seeking to highlight the major changes that have occurred between 2000 and 2010. The article then addresses the dynamics that took place in employment and income, in the relations of registered and unregistered work, in the level of schooling, in income distribution of employed persons, and in employment according to age groups. Finally, it reveals the major challenges that the region will have to overcome to make substantial improvements in labor relations and standards of living for the regional population.

INTRODUÇÃO

O objetivo das considerações que seguem é o de examinar o papel que o mercado de trabalho desempenhou para a melhoria das condições de vida, no Nordeste, no período que vai de 2000 a 2010.

A indagação que vai orientar a análise que se pretende realizar a seguir é se a evolução do mercado de trabalho nordestino, nesse período, favoreceu ou não a melhoria das condições de vida na região. Nessa reflexão, busca-se identificar quais os desafios para que ocorra a referida melhoria.

Com esse propósito, o trabalho está estruturado em três momentos:

- a. Primeiramente, apresenta-se uma caracterização do mercado de trabalho nordestino, considerando os **traços mais**

gerais em duas fases distintas da evolução das relações de trabalho: (i) a fase que vai da segunda metade dos anos 1980 até o fim do século passado; e (ii) a fase, mais recente, que vai de 2000 a 2010.

- b. Em seguida, para essa última fase, faz-se uma **análise** mais detida, na qual é desenvolvido o exame dos temas que seguem: (i) a dinâmica do mercado de trabalho regional; (ii) a formalidade/informalidade; (iii) o rendimento do trabalho; (iv) o nível de instrução da população ocupada; e (v) o trabalho infantojuvenil.
- c. Finalmente, identificam-se os grandes **desafios** que devem ser considerados quando se pretende avançar a fim de consolidar relações de produção que garantam melhorias substanciais das condições de vida da população da região.

Isso significa que esse exame tem seu início com a explicitação sumária das condições do mercado de trabalho em dois momentos. O primeiro caracteriza-se pelo reduzido crescimento da economia e por um processo no qual estavam presentes indicadores relacionados com a contínua precarização das relações de trabalho. Esse período correspondeu ao que Furtado (1992) identificou como o da “construção interrompida”. Em seguida, delineiam-se o momento mais recente em que ocorreu a retomada da economia e um processo caracterizado por avanços nas relações de trabalho na região.

A descrição sumária desses dois momentos é seguida pela análise mais detida do mercado de trabalho de 2000 a 2010, considerando-se temas e questões que permitam identificar os avanços ou permanência/continuidade na evolução mais recente das relações de trabalho.

Segue uma parte mais conclusiva, na qual se pretende caracterizar, na evolução futura do mercado de trabalho, quais os maiores desafios que devem ser enfrentados.

As razões pelas quais é privilegiado, como tema, nesta análise, o mercado de trabalho e, em particular, o mercado de trabalho do Nordeste nessa fase recente, devem-se, em primeiro lugar, ao fato de que a região vem passando por grandes transformações que necessitam ser compreendidas em suas várias dimensões, notadamente no que se refere às relações de trabalho. Essas transformações estão associadas à retomada do crescimento, ao processo de inserção de parcela significativa da população no mercado de bens e serviços e, em particular, à redução dos níveis de pobreza no país e na região, segundo estudos de várias instituições, notadamente Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-Rio).

Além disso, o mercado de trabalho é, reconhecidamente, uma instituição na qual se definem, nas economias capitalistas, em grande parte, os níveis de renda e sua distribuição, o acesso das pessoas aos bens e serviços produzidos no mercado. Em síntese, entender a dinâmica e as relações que ocorrem no interior do mercado de trabalho constitui um passo relevante na compreensão da evolução das condições de vida da população e de seu bem-estar.

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MERCADO DE TRABALHO

Antes de examinar de forma pormenorizada o mercado de trabalho no período que vai de 2000 a 2010, pretende-se fazer uma sumária incursão, no contexto econômico e no mercado de trabalho, no momento que precedeu a década referida, de forma a destacar as características mais marcantes do período que vai da segunda metade dos **anos 1980 ao fim dos anos 1990**. Em seguida, ainda de forma sintética, mostram-se alguns dos aspectos relevantes do contexto e do mercado de trabalho da década de **2000 a 2010**. Isso permite que o exame mais detido a ser realizado no terceiro item se concentre no mercado de trabalho

do Nordeste, de forma mais detalhada, estabelecendo algumas comparações com o mercado de trabalho nacional, buscando identificar as grandes tendências que as informações recentes, notadamente as produzidas pelos dois últimos censos demográficos, possibilitam distinguir.

Da segunda metade dos anos 1980 aos anos 1990

No período que vai do início da segunda metade dos anos 1980 ao fim dos anos 1990, foram desenvolvidos muitos estudos relacionados com o mercado de trabalho no Brasil e na região que tinham como objetivo não só entender o retrocesso ocorrido nas relações de trabalho, mas também identificar propostas e ações que fossem capazes de influir na retomada dos níveis de emprego e na melhoria das relações de trabalho.¹

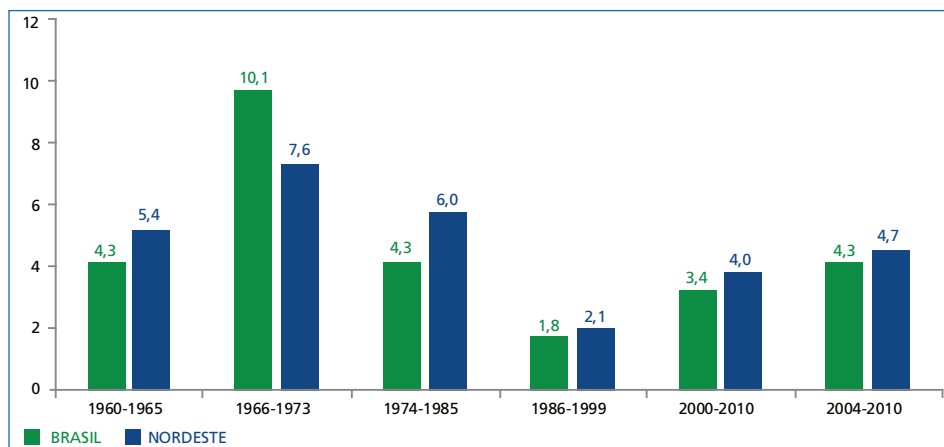
O entendimento do mercado de trabalho, no referido período, exige a compreensão do contexto econômico e dos grandes obstáculos que influíram no reduzido crescimento da economia e em suas relações com os níveis de emprego. Entre o início da segunda metade dos anos 1980 (1986) e o fim dos anos 1990 (1999), a economia nacional cresceu a uma taxa de 1,8% ao ano, e a economia regional a uma taxa anual de 2,1%, valores próximos ao do aumento da população. Esse momento ocorre depois de uma fase de relativo crescimento das economias brasileira e nordestina, impulsionadas pelos investimentos realizados, na segunda metade dos anos 1970, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), e por sua continuidade nos anos que se seguiram, de agravamento da crise fiscal e financeira do Estado, acompanhada de intenso processo inflacionário e de vários planos anti-inflacionários, ortodoxos e heterodoxos.

O Gráfico 1, elaborado com base em estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de várias instituições –

¹ Examinar: Baltar (1996); Carleial e Valle (1997); Dedeca e Baltar (1997); Pochmann (1998); Guimarães Neto (2002); e Sudene e Dieese (1999).

FGV, Ipea, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, permite situar o período aqui examinado e o que segue, que abrange os anos 2000 a 2010. Há um destaque para alguns períodos precedentes para ilustrar o processo de desaceleração das economias brasileira e nordestina após a fase mais intensa de implantação e consolidação da base industrial nos anos 1960 e 1970.

GRÁFICO 1 Brasil e Nordeste: taxas anuais de crescimento em diferentes períodos da história econômica recente, 1960-2010



Fontes: FGV, Ipea, Sudene e IBGE.

O primeiro período (1960-1965) corresponde, simultaneamente, a uma fase de intensa substituição de importações e crescimento industrial e à crise política que deu lugar ao regime militar. O segundo momento, denominado “milagre econômico”, sob o regime militar, resultou em taxas significativas de crescimento da economia baseado na intensificação do processo de industrialização; e o terceiro (1974-1985) representou um esforço de continuidade da expansão econômica anterior – já em um contexto de desaceleração e crise da economia mundial – por meio da implantação do II PND. Esse plano é seguido de

uma tentativa de implantação de outro plano, em um ambiente no qual marcaram presença a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro e os problemas decorrentes da grande dívida externa.

Os anos 1986-1999, fase da construção interrompida, constituem o somatório de problemas e de tentativas de soluções que podem ser assim resumidas [Kon (1999)]: (i) associada à crise fiscal e financeira do setor público e à dívida externa, essa fase está marcada pela intensificação do processo inflacionário que passou a constituir, juntamente com o pagamento da dívida externa e o equilíbrio das contas públicas, o centro da preocupação das políticas e planos que se seguiram; (ii) passando pelo Plano Cruzado (1 e 2), de 1986, pelo Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Brasil Novo (1990) e seus desdobramentos e pelo Plano Real (1994), a ênfase predominante era a busca da estabilização dos preços; (iii) a partir do Plano Brasil Novo e com mais ênfase no Plano Real, as propostas passaram a ser mais abrangentes, envolvendo não só a estabilização dos preços e a reforma monetária, mas um conjunto de propostas de desregulamentação, privatização e abertura comercial e econômica, no caminho que começava a ser trilhado na Inglaterra por Margareth Thatcher (1979) e nos Estados Unidos por Ronald Reagan (1980);² (iv) associada à abertura comercial e econômica e à desregulamentação vale o destaque para o intenso processo de reestruturação produtiva, com impactos significativos sobre as cadeias produtivas e sobre o mercado de trabalho em todo o país.

Resultou da influência do contexto externo adverso, da vulnerabilidade crescente da economia nacional às crises internacionais centradas em determinados países ou conjunto de países e das políticas específicas adotadas pelo governo brasileiro, uma taxa média de crescimento muito reduzida e a quase estagna-

² Para o exame do Programa Nacional de Desestatização, integrante do Plano Brasil Novo, consultar Moraes (1999). No que se refere ao Plano Real, ver Lacerda (1999). Consultar também Belluzzo e Almeida (2002).

ção da demanda – associada aos baixos níveis de remuneração e do emprego e à ausência de investimentos públicos e privados –, não obstante o sucesso, a partir do fim da primeira metade dos anos 1990, no combate à inflação com o Plano Real.

O que caracterizou o mercado de trabalho nessa fase foi seu intenso processo de desestruturação, no qual suas principais características, segundo várias análises realizadas, são a precarização das relações de trabalho, com a elevação significativa da informalidade das relações de trabalho, o aumento do desemprego, a redução do assalariamento em relação à expansão dos trabalhadores por conta própria, além da diminuição da remuneração dos trabalhadores, como se fez referência anteriormente.³

Vale, para ser retomado adiante, o registro do fato de que foi justamente nessa fase que aumentaram significativamente as discussões sobre o combate à pobreza das quais participaram parlamentares brasileiros, estudiosos da academia e de instituições de pesquisa e organismos internacionais, entre eles alguns da Organização das Nações Unidas e outras entidades multilaterais, como o Banco Mundial.

De 2000 a 2010

A partir de 2000 a economia brasileira e, em seu interior, a nordestina iniciam um processo de recuperação, de acordo com as informações já apresentadas no Gráfico 1. Na comparação com o crescimento anterior, as taxas anuais de 2000 a 2010 praticamente duplicaram. No entanto, cabe registrar que o crescimento dessa década consolida-se a partir de 2004, mesmo quando se leva em conta o impacto da crise internacional, na economia brasileira, em 2009: a economia nacional, entre 2004 e 2010, expandiu-se a uma taxa média anual de 4,3%; e a economia nordestina a 4,7% ao ano.

³ Ver: Baltar (1996); Carleial e Valle (1997); Guimarães Neto (1997); e Pochmann (1998).

A retomada das economias nacional e regional está associada à estabilização dos preços – conseguida a duras penas e com os efeitos colaterais associados ao Plano Real –, à retomada dos investimentos públicos e privados, à disseminação do crédito às empresas e às famílias, ao aumento real, de forma significativa, do salário mínimo e, secundariamente, às políticas sociais de transferências de renda para populações em situação de pobreza ou extrema pobreza. A demanda e o consumo das classes de menor renda, no contexto de um processo de redução dos níveis de concentração de renda, constituíram componente importante nessa retomada da economia, em particular, no Nordeste.

Em um ambiente de crescimento, mesmo com taxas razoáveis, associado a um processo de inclusão social de extensas camadas da população, os indicadores do mercado de trabalho mudaram a trajetória, na comparação com a fase anteriormente examinada. Em lugar de precarização do trabalho, um processo bem claro de formalização do emprego; em lugar do aumento do desemprego, uma absorção sistemática da força de trabalho. Em vez do declínio do rendimento da população ocupada, ocorre a elevação de sua remuneração. Esses aspectos serão examinados de forma detalhada a seguir.

AS TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO DO NORDESTE: 2000-2010

Nesta parte do estudo, serão consideradas as tendências que se referem ao dinamismo do mercado de trabalho regional, as relações formais ou informais de trabalho, os níveis de instrução, os níveis de rendimento das pessoas ocupadas e o trabalho infantojuvenil.

O dinamismo do mercado de trabalho

O dinamismo do mercado de trabalho do Nordeste pode ser percebido quando se estabelece a comparação, entre outras, do crescimento da população economicamente ativa e o da popu-

lação ocupada. A primeira considerada uma aproximação com a oferta de trabalho da população em idade de trabalhar em determinado período, e a segunda – a população ocupada – uma aproximação com a demanda de trabalho por parte das unidades de produção ou da sociedade, em geral.

De acordo com a Tabela 1, o crescimento da população ocupada ocorreu, no período considerado, a uma taxa de 2,4% ao ano, bem maior que a taxa anual constatada pela população economicamente ativa, de 1,7%. Resultou, então, uma taxa negativa da população desocupada, que passou de 3,1 milhões de pessoas, em 2000, para 2,3 milhões, em 2010.

Esse dinamismo da ocupação do qual resultou a redução do número de pessoas desocupadas esteve associado, no período, ao crescimento do nível de rendimento da pessoa ocupada, que, em análise *per capita*, expandiu-se a uma taxa anual de 2,5%, um incremento, sem dúvida, significativo, pois representou um crescimento da massa de rendimentos do total das pessoas ocupadas, nos anos considerados, a uma taxa anual de 5%.

TABELA 1 Nordeste: dinâmica do mercado de trabalho, 2000-2010

Posição na ocupação e rendimento	Taxa anual de crescimento (%)	
	Brasil	Nordeste
População em idade ativa	1,7	1,6
População economicamente ativa	1,9	1,7
População ocupada	2,8	2,4
População desocupada	(4,9)	(3,1)
Rendimento da pessoa ocupada	1,1	2,5

Fonte: IBGE.

As informações mostram que o dinamismo do mercado de trabalho regional ocorreu no contexto de uma expansão do mercado de trabalho brasileiro, simultaneamente a ela. De fato, a taxa anual registrada para a população ocupada no Brasil (2,8% ao ano) foi um pouco maior que a do Nordeste (2,4% ao ano), todavia o nível de rendimento da pessoa ocupada foi bem

menor. Além disso, a população desocupada no país apresentou uma redução mais significativa que no Nordeste.

No que se refere ao crescimento do rendimento, a maior parte dos analistas aponta como um de seus determinantes mais relevantes a política adotada de aumento real do salário mínimo, que prevaleceu durante toda a década. Cabe considerar que, no caso do Nordeste, o salário mínimo tem uma grande importância como referencial da remuneração do trabalho, e esse fato pode ter influenciado, em grande parte, o crescimento mais intenso do rendimento do trabalho na região que no Brasil, em seu conjunto.

Em resumo, da perspectiva do dinamismo do mercado de trabalho, considerando-se a expansão da ocupação e a diminuição da desocupação e, ao lado disso, levando-se em conta o crescimento do rendimento da pessoa ocupada, pode-se afirmar que ocorreu, no período, avanço significativo no mercado de trabalho, sendo positiva sua contribuição para a melhoria das condições de vida da população.

Formalidade e informalidade do mercado de trabalho

O tema da formalidade/informalidade será examinado, a seguir, em três perspectivas: (i) da classificação da posição das ocupações, segundo definição adotada pelo IBGE, com o exame de sua evolução no período, (ii) da adoção de um critério de ocupação formal e informal, para verificar a evolução da população segundo essas categoriais e (iii) do exame da disseminação da informalidade na estrutura produtiva da região.

Na Tabela 2, são apresentadas as pessoas ocupadas no Nordeste segundo as posições na ocupação. O exame sumário das categorias adotadas (empregados, com ou sem carteira, e funcionários; conta própria; empregador; não remunerado que ajuda o chefe ou integrantes do domicílio; pessoa que trabalha para a produção do próprio consumo) oferece indícios de

avanços na direção de maior formalização da população ocupada. De fato, quando se analisa, na categoria de empregado, a parcela da população ocupada que tem carteira assinada, que é um contingente importante no total das pessoas ocupadas, constata-se que essa categoria apresenta um crescimento que se traduz em uma taxa anual de 5,5%, ou seja, mais que o dobro do crescimento do total da população ocupada (2,4%). Seu contingente passa de 3,9 milhões de pessoas, em 2000, para 6,6 milhões, dez anos depois. Essa tendência à formalização é confirmada pelo menor crescimento (1%) da categoria de conta própria, na qual têm presença marcante as pessoas ocupadas sem proteção social.

TABELA 2 Nordeste – população ocupada segundo posição na ocupação, 2000-2010

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	2000	2010	Taxa anual de crescimento (%)
Total	16.384.648	20.854.301	2,4
Empregados	9.313.627	13.344.396	3,7
Empregados – com carteira de trabalho assinada	3.853.639	6.553.319	5,5
Militares e funcionários públicos estatutários	885.340	1.080.008	2,0
Empregados – sem carteira de trabalho assinada	4.574.648	5.711.069	2,2
Conta própria	4.305.273	4.778.007	1,0
Empregadores	305.693	269.516	(1,3)
Não remunerados que ajudam ao chefe ou a membros do domicílio	1.088.841	502.644	(7,4)
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	1.371.214	1.959.739	3,6

Fonte: IBGE.

O mesmo pode ser dito de outra categoria, a das pessoas não remuneradas que trabalham para os chefes ou membros da família. Nesse caso, entre 2000 e 2010, sua redução correspondeu a uma taxa negativa de -7,4% ao ano. Seu contingente passou de aproximadamente 1 milhão de pessoas para 502,6 mil pessoas, no período.

Na contramão dessa tendência à formalização, está o contingente de trabalhadores vinculados à produção para o pró-

prio consumo, que passou de 1,4 milhão para aproximadamente 2 milhões, registrando um crescimento anual de 3,6%.

Diante dessa evolução diferenciada das pessoas ocupadas segundo posição na ocupação, vale estabelecer um critério que permita a classificação das ocupações, embora aproximada, entre trabalhadores formais e informais. O critério adotado, que é uma mera aproximação, como os demais critérios adotados, consiste em considerar formais as seguintes categorias de pessoas ocupadas: empregados com carteira assinada, funcionários públicos e militares, conta própria e empregador com cobertura previdenciária. São consideradas pessoas ocupadas informais: empregados sem carteira assinada, conta própria, empregador sem cobertura previdenciária, trabalhador não remunerado e trabalhadores vinculados à produção para o próprio consumo. Na Tabela 3, são exibidos os resultados com base na adoção desses critérios.

TABELA 3 Estimativa do grau de informalidade do mercado de trabalho e de sua evolução, 2000-2010

Faixa etária	Em mil pessoas		Distribuição (%)		Taxa anual de crescimento (%)	Diferença 2010-2000
	2000	2010	2000	2010		
Formal*	5.312,8	8.472,0	32,4	40,6	4,8	3.159,2
Informal**	11.071,9	12.382,3	67,6	59,4	1,1	1.310,4
Total	16.384,7	20.854,3	100,0	100,0	2,4	4.469,6

Fonte: IBGE.

* Formal: empregado com carteira, funcionário público e militar, conta própria e empregado com cobertura previdenciária.

** Informal: Empregado sem carteira, conta própria e empregado sem cobertura na previdência, não remunerado e trabalhador na produção para o próprio consumo.

Chama a atenção, na Tabela 3, o crescimento intenso do contingente que, segundo o critério adotado, foi classificado como formal, que registrou uma expansão de 4,8% ao ano, exatamente o dobro do crescimento verificado para o total da população ocupada. Enquanto isso, as pessoas ocupadas informalmente registraram uma expansão de 1,1% ao ano. Esse fato significa,

sem dúvida, um avanço na formalização que pode ser expresso pela participação de 32,4% das pessoas ocupadas formais em 2000 e por sua participação, em 2010, que alcança 40,6% no total das pessoas ocupadas. O processo de formalização pode ser mais claramente percebido por meio dos dados da última coluna da referida tabela. A diferença entre os contingentes de pessoas ocupadas, em 2010, comparativamente aos existentes em 2000, mostra que, dos 4,5 milhões de empregos adicionais existentes, em 2010, cerca de 3,2 milhões foram considerados formais, pelo critério adotado, e apenas 1,3 milhão foram classificados como informais.

Não obstante essas cifras, o avanço obtido com esse processo de formalização no período deve ser qualificado. De fato, quando se considera a dimensão do contingente informal no mercado de trabalho do Nordeste em 2010, o que se constata é que a cifra alcança 12,4 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente 60% (59,4%) do total de pessoas ocupadas (20,9 milhões), no referido ano.

Um simples exercício ilustra as dificuldades e o esforço necessário para a redução do grau de informalidade ainda presente no mercado de trabalho nordestino. Se, com base nas tendências apresentadas por meio dos dados da Tabela 3, adotar-se como hipótese – de certo modo, otimista – (i) que o crescimento de seu mercado de trabalho formal continuará nos próximos anos com as taxas médias constatadas para 2000-2010, isto é, que a taxa de crescimento anual das pessoas ocupadas formalmente continue sendo 4,8% e, ademais, (ii) que o total das pessoas ocupadas no Nordeste prossiga, no futuro, a uma taxa de 2,4% ao ano, o total das pessoas ocupadas com relações formais de trabalho somente passaria a representar metade das pessoas ocupadas (grau de informalidade de 50%) no ano 2019.

Cabe o exame da presença dessa informalidade/formalidade na estrutura produtiva da região em 2010, considerando os

setores ou atividades produtivas mais relevantes. Isso pode ser feito por meio das informações da Tabela 4. Nela, foram selecionados alguns segmentos produtivos e algumas posições na ocupação que permitissem uma percepção sumária da disseminação da informalidade nas relações de trabalho no Nordeste.

TABELA 4 Nordeste: pessoas ocupadas segundo segmentos econômicos e posições na ocupação selecionados, 2010

Setor de atividade	Total	Em percentuais (%)				
		Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada	Conta própria	Para o próprio consumo
Total	20.854.296	100,0	36,6	27,4	22,9	9,4
Agricultura	5.040.150	100,0	6,7	21,5	28,3	38,9
Indústria	3.485.575	100,0	46,0	27,3	24,4	-
Indústria de transformação	1.702.832	100,0	50,7	23,0	23,3	-
Construção	1.501.176	100,0	37,2	33,4	27,8	-
Serviços	11.333.702	100,0	46,4	30,6	20,1	-
Comércio, reparação de veículos	3.471.580	100,0	35,3	23,5	35,5	-
Transporte, armazenagem e correio	741.258	100,0	41,7	21,8	35,5	-
Alojamento e alimentação	669.302	100,0	36,0	28,7	29,1	-
Serviços domésticos	1.393.279	100,0	20,4	79,6	-	-

Fonte: IBGE.

Considerando-se, no último ano do censo demográfico, o total dos ocupados, constata-se que 36,6% estão na condição de empregados que tinham carteira assinada, 27,4% não a tinham, 22,9% estavam constituídos de conta própria e 9,4% de trabalhadores voltados para a produção do próprio consumo. Essas três últimas categorias de posição na ocupação mostram a heterogeneidade da informalidade, que abrange, de forma diferenciada, um grande contingente de população, como se constatou na Tabela 3. Na verdade, para ter uma noção dos diferentes tipos de informalidade, podem ser levados em conta,

nessa situação, tanto os empregados de uma empresa formal não registrados como os empregados dependentes de um empregador cujo empreendimento ou unidade de produção não foi formalizado, ou, ainda, um trabalhador por conta própria que não tem proteção social ou os trabalhadores que se ocupam na produção de bens e serviços voltados para seu próprio consumo e que também não dispõem de proteção social. Não estão incluídos na Tabela 4, mas poderiam integrar essa relação de informalidades, os trabalhadores sem remuneração que ajudam o chefe ou membro da família que exercem atividade econômica principal do domicílio.

As informações da referida tabela mostram como essas proporções de tipos de formalidade ou informalidade variam de um setor ou segmento produtivo para outro. Quando se examina o setor agropecuário, o que se constata de imediato é a quase ausência de empregados com carteira assinada, que representam apenas 6,7% do total; ou seja, dos 5 milhões de pessoas ocupadas desse setor, somente 338 mil pessoas ocupadas tinham carteira assinada. A grande proporção de pessoas ocupadas, no setor agropecuário, que poderiam ser classificadas como informais compreende os que trabalham para o próprio consumo, quase 40% do total (exatamente 38,9%); seguem, nesse setor, os que trabalham por conta própria (28,3%) e, finalmente, os empregados sem carteira assinada (21,5%).

O segmento produtivo que mais avançou na contratação de empregados com carteira assinada foi o da indústria de transformação, que, em 2010, representava metade (50,7%) dos empregados nessa categoria. Não obstante esse avanço, registra-se que a soma dos empregados sem carteira (23%) e trabalhador por conta própria (23,3%) alcança mais de 46%. No interior do setor industrial, vale ressaltar que a atividade da construção civil ocupa como empregado com carteira assinada somente 37,2% do total.

Também o setor serviços, como pode ser observado na Tabela 4, mostra-se bastante heterogêneo quanto às ocupações que demanda e quanto à presença ou não de categorias ocupacionais que podem ser classificadas como informais. Nos serviços domésticos, apenas 20,4% do total das pessoas ocupadas tinham carteira de trabalho assinada pelo empregador, o que representava menos da metade da média apresentada pelo total do setor de serviços (46,4%); nas atividades comerciais (incluindo, nessa categoria, a reparação de veículos), que ocupavam, no Nordeste, em 2010, cerca de 3,5 milhões de pessoas, 35,3% eram empregados com carteira assinada e os demais estavam constituídos de empregados sem carteira (23,5%) e trabalhadores por conta própria (35,5%).

Os dados do censo demográfico de 2010 mostram, em primeiro lugar, uma grande heterogeneidade tanto das situações de informalidades como das formas de combinações dessas situações no interior de cada setor ou segmento produtivo; em segundo lugar, a disseminação na estrutura produtiva das categorias de ocupação que podem ser consideradas informais; isto é, elas não estão presentes apenas em segmentos ou setores específicos, mas são encontradas em quase todas as atividades que compreendem a estrutura produtiva da região.

São evidentes as implicações desses fatos para o desenvolvimento de ações voltadas para reduzir o grau de informalidade ou aumentar o nível de proteção das pessoas ocupadas em situações de informalidade. Não parecem adequadas concepções de propostas gerais e abrangentes para todas as formas e situações encontradas na região, nesse particular. Seguramente, o conhecimento mais detido e pormenorizado das situações, em toda sua heterogeneidade quanto aos setores/segmentos produtivos, quanto à especificidade da ocupação e quanto à localização, deve ser considerado nas ações que sejam propostas. As informações do censo demográfico permitem o exame dessa questão

em suas várias dimensões: setor/segmento produtivo, situação específica de formalidade/informalidade e identificação do local onde está presente o fenômeno.

Nível de instrução da população ocupada

Os indicadores relacionados ao nível de instrução da população ocupada repetem o que se constatou para os indicadores anteriormente examinados: ocorreram avanços, tanto no Nordeste como no Brasil, entre 2000 e 2010. No entanto, os dados mais recentes mostram, para o Brasil (quando comparado com o contexto internacional) e para o Nordeste (quando comparado com os indicadores brasileiros), que os desafios são ainda significativos quando a questão é o nível de instrução da população ocupada.

TABELA 5 Brasil e Nordeste – nível de instrução da população ocupada (%), 2001-2002 e 2009-2011

Brasil e Nordeste	Brasil		Nordeste	
	2001-2002	2009-2011	2001-2002	2009-2011
Percentual das pessoas segundo ano de estudo				
Sem instrução e menos de 1 ano	11,6	9,2	23,9	17,6
1 a 3 anos	13,9	7,0	20,6	10,4
4 a 7 anos	29,3	20,1	25,4	20,6
8 a 10 anos	16,0	17,3	10,6	15,0
11 a 14 anos	21,7	34,6	15,3	29,1
15 anos ou mais	7,1	11,7	3,8	7,3
Não determinado	0,4	0,1	0,4	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Número médio de anos de estudos				
10 a 14 anos	3,6	4,5	2,7	4,1
15 a 17 anos	6,1	7,5	4,4	6,4
18 a 19 anos	7,6	9,1	5,6	8,2
20 a 24 anos	8,0	9,9	6,2	9,0
25 anos ou mais	6,6	8,2	4,8	6,8
Total	6,7	8,4	4,9	7,0

Fonte: IBGE.

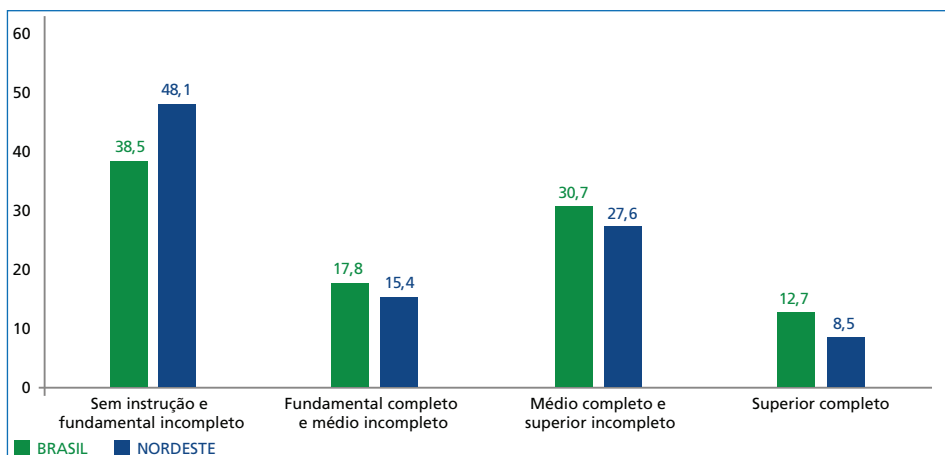
O que se constata, para o Nordeste, considerando o número total de anos de estudos para a população ocupada, é que (de acordo com o IBGE – Pnad) a média de 2001-2002 passou de 4,9 anos para sete anos em 2009-2011. Para o Brasil, o número médio de anos de estudos do total da população ocupada passou de 6,7 anos para 8,4 anos. Embora com nível menor de anos de estudos nos anos mais recentes, os avanços foram mais intensos no Nordeste (42,8% no período) – que partiu de uma base menor – que no Brasil (25,3%), conforme dados da Tabela 5. Esses avanços ocorreram com maior intensidade nas médias de anos de estudos da população jovem.

Quando se passa para o percentual das pessoas ocupadas segundo anos de estudos, observa-se, na referida tabela, que existem diferenças marcantes entre o Brasil e o Nordeste, embora as informações registrem diminuição com o passar dos anos. As pessoas ocupadas que, em 2001-2002, não tinham instrução ou com menos de um ano de estudo representavam 23,9%, no Nordeste, e passaram, em 2009-2011, para 17,6%. Os percentuais eram, no Brasil 11,6% e 9,2%, respectivamente. Trata-se, em ambos os casos, de indicadores de baixo nível de instrução que se tornam mais críticos quando se levam em conta as transformações em curso nos processos de trabalho e as crescentes exigências de qualificação. No caso do Nordeste, as informações do último censo, relacionadas com a condição de saber ler e escrever das pessoas ocupadas, em 2010, mostram que três milhões de pessoas, representando 14,3% do total dos ocupados, não sabiam ler nem escrever.

As informações do Gráfico 2, relativas às pessoas ocupadas segundo os cursos realizados (sem instrução e fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, médio completo e superior incompleto e superior completo) registram que quase metade (exatamente 48,1%, isto é, 10 milhões de um total de 20,9 milhões) era considerada sem instrução ou com o fundamental incompleto. A participação brasileira, nesse caso,

era de 38,5% e abrangia um total de pessoas ocupadas da ordem de 33,2 milhões. Quanto ao ensino superior completo, em 2010, as pessoas ocupadas, com essa qualificação, alcançavam 8,5%, no Nordeste, e, no Brasil, 12,7%.

GRÁFICO 2 Brasil e Nordeste – população ocupada por nível de instrução (%), 2010



Fonte: IBGE.

Em pleno século XXI, a educação de qualidade, tudo indica, não chegou à grande parcela dos trabalhadores brasileiros, notadamente os das regiões periféricas, como o Nordeste.

Rendimento das pessoas ocupadas

No período considerado, ocorreu um aumento significativo do rendimento das pessoas ocupadas no Brasil e, principalmente, no Nordeste. Já se assinalou que o rendimento por pessoa ocupada cresceu, na região, entre 2000 e 2010, a uma taxa anual de 2,5%. Quando, no entanto, se trata do total do rendimento auferido pelo conjunto das pessoas ocupadas, a expansão anual é de 5%, passando de um total de R\$ 12,1 bilhões, em 2000, para R\$ 19,7 bilhões, em 2010.

As informações da Tabela 6 mostram as taxas maiores para o Nordeste, em comparação com o Brasil, no tocante aos rendimentos (por pessoa ocupada e para o total), e o aumento da participação do Nordeste em relação aos rendimentos do trabalho no Brasil. De fato, no que se refere ao rendimento da pessoa ocupada, a participação da região passa, nos anos considerados, de 61% para 70,3%. Quanto ao total dos rendimentos, a participação nordestina passou, nos rendimentos do trabalho no Brasil, de 15,2%, em 2000, para 17%, em 2010.

TABELA 6 Brasil e Nordeste: rendimento das pessoas ocupadas, 2000-2010

Abrangência geográfica	Em R\$ de 2010		Taxa anual de crescimento (%)
	2000	2010	
Rendimento mensal por pessoa ocupada (R\$ 1,00)			
Brasil	1.207,5	1.344,7	1,1
Nordeste	736,1	945,6	2,5
Participação Nordeste/Brasil (%)	61,0	70,3	-
Total dos rendimentos das pessoas ocupadas (R\$ bilhões)			
Brasil	79,6	116,1	3,8
Nordeste	12,1	19,7	5,0
Participação Nordeste/Brasil (%)	15,2	17,0	-

Fonte: IBGE.

Nota: Em valores de 2010. Foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Em síntese, repete-se o avanço da região, dessa vez associado não só ao aumento significativo do nível de emprego, já comentado, mas também aos rendimentos pagos nesse mercado de trabalho dinâmico. Não se pode deixar de enfatizar a contribuição da elevação do salário mínimo em termos reais, entre 2000 e 2010. Além disso, vale repetir, é em torno do valor do salário mínimo que se situa parcela relevante da remuneração da população ocupada na região.

Esse dinamismo dos rendimentos das pessoas ocupadas no Nordeste, maior que o verificado no Brasil, em seu conjunto, não foi suficiente, evidentemente, para evitar que o mercado de trabalho nordestino caracterize-se pelo baixo nível de remu-

neração das pessoas ocupadas. De fato, na Tabela 7, que apresenta a distribuição das pessoas ocupadas segundo o nível do rendimento referenciado ao salário mínimo, percebe-se que, na região, do total das pessoas ocupadas (e que recebiam algum rendimento), 51,2% tinham como remuneração valores de até um salário mínimo, que, em 2010, era de R\$ 510,00, ou seja, pouco mais da metade das pessoas ocupadas recebiam até o mínimo estabelecido pela legislação. No Brasil, segundo a Tabela 8, o percentual das pessoas nessa condição situava-se próximo a um terço (mais exatamente 32,7%).

TABELA 7 Nordeste – população ocupada segundo classes de rendimentos, 2010

Rendimento nominal mensal	Número de pessoas	Distribuição (%)	
		Simplex	Acumulada
Total	20.854.301	100,0	-
Até um salário mínimo	10.683.895	51,2	51,2
Mais de um a dois salários mínimos	4.224.914	20,3	71,5
Mais de dois a três salários mínimos	1.121.876	5,4	76,9
Mais de três a cinco salários mínimos	923.082	4,4	81,3
Mais de cinco a dez salários mínimos	708.995	3,4	84,7
Mais de dez salários mínimos	364.661	1,7	86,4
Sem rendimento	2.826.878	13,6	100,0

Fonte: Elaboração da Consultoria Econômica e Planejamento (Ceplan), com base em dados de IBGE.

TABELA 8 Brasil – população ocupada segundo classe de rendimentos, 2010

Rendimento nominal mensal	Número de pessoas	Distribuição (%)	
		Simplex	Acumulada
Total	86.353.839	100,0	-
Até um salário mínimo	28.212.947	32,7	32,7
Mais de um a dois salários mínimos	28.210.975	32,7	65,3
Mais de dois a três salários mínimos	9.173.675	10,6	76,0
Mais de três a cinco salários mínimos	7.134.366	8,3	84,2
Mais de cinco a dez salários mínimos	5.304.693	6,1	90,4
Mais de dez salários mínimos	2.621.347	3,0	93,4
Sem rendimento	5.695.835	6,6	100,0

Fonte: Elaboração da Ceplan, com base em dados de IBGE.

Se ao percentual dos que recebem rendimento e só alcançam o nível de um salário mínimo soma-se o percentual das pessoas ocupadas que não recebem rendimento – que correspondem, no Nordeste a 13,6% do total das pessoas ocupadas –, a cifra total dos ocupados que (com ou sem remuneração) se situam até o nível de um salário mínimo alcança 64,8% (Tabela 7). No Brasil, a proporção, nesse particular, é de 39,3% (Tabela 8).

Vale o registro do fato de que do total das pessoas ocupadas, classificadas no Brasil como sem rendimento, que alcançavam, em 2010, cerca de 5,7 milhões, aproximadamente 2,8 milhões, ou seja, metade (mais exatamente 49,1%) residia no Nordeste.

Com esses indicadores, não há como negar o reduzido nível de remuneração das pessoas ocupadas no mercado de trabalho nordestino, inclusive em sua comparação com a média nacional, não obstante (i) o dinamismo registrando quanto ao crescimento do rendimento real entre 2000 e 2010 e (ii) o processo de redução das diferenças entre o rendimento médio das pessoas ocupadas na região relativamente à média nacional, conforme dados da Tabela 6.

O trabalho de crianças e jovens

O governo em suas diversas esferas vem desenvolvendo políticas voltadas para a redução da participação de crianças e jovens no mercado de trabalho, com o objetivo de manter esse contingente da população nas escolas. Dentre os programas, cabe destacar programas de erradicação do trabalho infantil, de transferência de renda para as famílias em situação de pobreza, ampliação da jornada escolar, bolsas para estudantes, mudanças na legislação para proibir a exploração do trabalho infantil, além de outros.

O que se faz a seguir é o exame dos dados dos dois últimos censos demográficos, a fim de constatar a evolução da presença da referida faixa da população no mercado de trabalho. Os dados da Tabela 9 apresentam a população ocupada do Nordeste,

segundo as faixas etárias nos dois anos do censo demográfico, com destaque para a evolução ocorrida recentemente.

O que se constata é que o crescimento da população ocupada a uma taxa anual de 2,4% ocorre desigualmente quando são consideradas as diferentes faixas etárias. As pessoas ocupadas mais jovens, notadamente, as de dez a 14 anos e as de 15 a 19 anos reduziram sua participação e registraram taxas negativas. De fato, na primeira das faixas referidas (de dez a 14 anos), há uma redução de sua participação relativa de 3% (2000) para 1,9% (2010), e sua taxa anual foi negativa (-2,1% ao ano). Na segunda faixa (15 a 19 anos), a redução da participação relativa é similar (de 10,2% para 6,5%) e a taxa de redução anual é idêntica (-2,1%) à da faixa anterior.

TABELA 9 Nordeste – população ocupada segundo faixas etárias, 2000-2010

Faixa etária	População ocupada		Distribuição (%)		Taxa anual de crescimento (%)
	2000	2010	2000	2010	
Total	16.384.648	20.854.301	100,0	100,0	2,4
10 a 14 anos	491.440	396.890	3,0	1,9	(2,1)
15 a 19 anos	1.667.792	1.352.120	10,2	6,5	(2,1)
20 a 29 anos	4.621.142	5.703.899	28,2	27,4	2,1
30 a 39 anos	4.103.766	5.363.256	25,0	25,7	2,7
40 a 49 anos	2.901.430	4.197.065	17,7	20,1	3,8
50 a 59 anos	1.684.030	2.498.545	10,3	12,0	4,0
60 a 69 anos	681.066	997.917	4,2	4,8	3,9
70 ou mais	233.982	344.608	1,4	1,7	3,9

Fonte: IBGE.

Em relação às faixas da população ocupada que apresentam maior número de anos, a partir de vinte anos, ocorrem taxas de crescimento positivas e crescentes, que alcançam o ponto máximo (4% ao ano) na faixa de cinquenta a 59 anos.

Nesse comportamento, podem ser considerados três determinantes distintos. Um demográfico, associado ao envelhecimento da população, que se traduz na redução do crescimento e do

peso relativo da população nas faixas etárias de menor número de anos e no aumento do crescimento e do peso relativo da população mais idosa. Esse fato deve ter influenciado nos diferenciais das taxas de crescimento da população ocupada por faixa etária anteriormente examinada. Outro determinante está associado à demanda de trabalho proveniente das unidades de produção ou ao próprio mercado de trabalho em suas escolhas quanto à idade, qualificação e experiência da força de trabalho. Nesse caso, a preferência orientou-se para as faixas etárias acima dos trinta anos de idade. Finalmente, não podem ser esquecidos os impactos das políticas voltadas para a redução da população infantil ou juvenil no mercado de trabalho e sua maior vinculação às instituições de ensino.

Nesse último caso, os dados da tabela mostram que o contingente de dez a 14 anos passou de 491 mil, no primeiro ano, para 397 mil, em 2010. Ou seja, uma redução de 94 mil pessoas. No que se refere à faixa seguinte, de 15 a 19 anos, a redução foi de 316 mil. Sem dúvida, uma redução significativa, mas que resultou na presença de um número ainda importante de pessoas jovens no mercado de trabalho.

É relevante saber a que tipo de atividades produtivas esses contingentes de crianças e jovens estão vinculados, em que parte do território da região ocorre a utilização dessas pessoas e, finalmente, que meios podem ser utilizados para integrá-los às instituições de ensino. As informações censitárias recentes, seguramente, podem ser de grande utilidade, ao lado de estudos que têm sido desenvolvidos por agências internacionais, por instituições de pesquisa e pela academia.

OS DESAFIOS

A identificação dos grandes desafios do mercado de trabalho nordestino na superação de seus grandes problemas, apontados no exame precedente das grandes tendências, deve considerar,

em primeiro lugar, questões mais gerais associadas ao comportamento futuro da economia regional e à dinâmica do mercado de trabalho, e, em segundo lugar, as questões mais específicas, anteriormente examinadas.

Pré-condições: continuidade de dinamismo da economia e do mercado de trabalho

No que se refere às primeiras questões, não se pode deixar de considerar que a superação dos grandes desafios depende da pré-condição associada à continuidade da dinâmica da economia regional e de seu mercado de trabalho. Sem um aumento que permita uma demanda crescente da força de trabalho, pelas unidades produtivas, todos os demais problemas presentes no mercado de trabalho dificilmente encontrarão espaços para sua superação. No início deste texto, fez-se uma sumária caracterização do mercado de trabalho vigente na fase anterior a 2000, na qual sua precarização e sua incapacidade de inserção de grandes contingentes da força de trabalho em uma ocupação regular constituíam a característica fundamental de sua evolução. Foi, não se pode esquecer, nesse período de vigências de relações precárias de trabalho e de taxas significativas de desemprego, que passou a ser discutida parte relevante das ações de combate à pobreza e de transferências de renda para as parcelas mais vulneráveis da população, em entidades multilaterais como o Banco Mundial, na academia e no parlamento brasileiro. Ou seja, ações capazes de reduzir os impactos negativos que um mercado de trabalho pouco dinâmico provocava na população e na força de trabalho que não conseguia inserir-se regular e adequada na atividade produtiva.

Essas pré-condições de dinamismo da economia e do mercado de trabalho têm maior relevância quando se considera o contexto atual vivido pelo país, no qual a crise apresenta desdobramentos cada vez mais complexos e a competição torna-se cada vez mais

acirrada com economias emergentes e desenvolvidas buscando nos mercados externos, sobretudo naqueles que mantiveram algum dinamismo, apoio para a retomada de suas economias.

É evidente que, quando se faz referência à dinâmica da economia e do mercado de trabalho como pré-condição para superação dos grandes desafios apresentados pelo mercado de trabalho no Nordeste, não se parte do pressuposto de que qualquer tipo ou “estilo” de crescimento – para usar uma expressão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) – importa. A referência é a uma expansão ou dinâmica do mercado de trabalho similar à que ocorreu nos anos aqui considerados (2000 a 2010) da qual resultou, como assinalado por vários analistas, não só um processo de desconcentração da renda (redução do índice de Gini), mas também uma intensa inserção da mão de obra disponível no mercado de trabalho.

A presença marcante da informalidade

O exame das tendências relacionadas com a informalidade das relações de trabalho na região mostrou não somente sua grande dimensão, que alcançou em 2010, depois de um avanço significativo da formalização das relações de trabalho, entre 2000 e 2010, quase 60% (59,4%), como sua presença em quase todos os grandes setores e atividades que integram a estrutura produtiva da economia regional. Some-se a isso a grande heterogeneidade que caracteriza o conjunto de relações de informalidade, compreendendo formas distintas de relações, que deverão exigir ações diferenciadas e adequadas às situações encontradas, com o efetivo encaminhamento de sua superação.

Baixo nível de rendimento das pessoas ocupadas

As informações analisadas, sobre os rendimentos das pessoas ocupadas no Nordeste, mostraram que os avanços foram con-

sideráveis no intervalo dos dois últimos censos demográficos. A massa de rendimento registrou uma expansão de 5% ao ano, maior que a taxa constatada para o Brasil. Não obstante, quando são somadas as pessoas que trabalham e não recebiam rendimento (13,6%) e as pessoas cujos rendimentos situavam-se até um salário mínimo (51,2%), em 2010, o total de pessoas nessas condições chegava, no conjunto das pessoas ocupadas na região, a representar 64,8%, o que é um indicador do baixo nível de remuneração prevalecente nesse mercado de trabalho. No Brasil, o percentual chega a 39,2%. Isso, seguramente, tem entre seus determinantes não só a relação assimétrica de poder entre empregadores e empregados, como a baixa produtividade de algumas atividades, ou a grande presença da informalidade e os níveis de instrução e qualificação da força de trabalho. Portanto, como o desafio anterior, tem um grau de complexidade que exige uma ação multifacetada na abordagem voltada para sua superação.

Reduzido nível de instrução

Persistem os baixos níveis de instrução da população, não obstante os avanços, sobretudo em relação à população ocupada mais jovem. De fato, como se assinalou, não só aumentou o número de anos de estudos da população ocupada total de 4,9 para sete anos, entre 2000 e 2010, como isso se deu mais intensamente na população mais jovem que trabalha, notadamente de 15 a 24 anos. Mas não se pode deixar de considerar que, em 2010, no total da população ocupada no Nordeste, aproximadamente 48% não tinham instrução nem o fundamental completo. Nesse grupo, estavam incluídos 14,3% do total dos ocupados que não sabiam ler nem escrever.

Contribui para essa situação uma dupla deficiência do sistema de ensino. De um lado, o fato de que sua abrangência, no contexto da disseminação e busca de universalização que vem sendo

perseguida pelos governantes, não alcançou toda a população, incluindo parcelas que estão em idade de frequentar o ensino fundamental ou médio. De outro lado, deficiências referentes à qualidade do ensino, uma das razões do abandono por parte da população mais jovem. A disseminação e os esforços para universalizar a educação básica têm sido, nas diversas esferas governamentais, realizados, a exemplo do que ocorre em outras políticas sociais básicas, com perda significativa da qualidade dos serviços oferecidos, do que resulta que, mesmo com o ensino fundamental, muitos egressos do sistema têm dificuldade de ler e interpretar textos e resolver problemas aritméticos simples.

Essa questão torna-se um desafio ainda maior no momento em que a região passa por transformações relevantes em sua estrutura produtiva, com o surgimento e consolidação de empreendimentos que passam a exigir mão de obra com maior nível de qualificação e grau de instrução que não se encontra, facilmente, na região.

Desafio do trabalho infantil e juvenil

A redução constatada nos trabalhos infantil e juvenil no Nordeste de 2000 para 2010 não significou um avanço significativo na erradicação do trabalho infantojuvenil. Estão presentes em vários segmentos produtivos, notadamente, na agropecuária e no setor serviços dos centros urbanos, centenas de milhares de trabalhadores jovens que não frequentaram ou abandonaram as escolas. Também aqui são vários os fatores determinantes dessa presença de menores no mercado de trabalho: a pobreza extrema das famílias; a qualidade do ensino; a percepção de que a educação não é capaz de alterar substancialmente, no contexto em que está submetida a família, a vida das pessoas; e, por vezes, a sazonalidade da atividade produtiva da família, que exige, em determinadas fases, intensa mobilização da força de trabalho da família.

Outros desafios

Além desses desafios, muitos outros, que não foram aqui abordados, poderiam ser considerados e analisados. Devem ser feitas algumas referências sumárias a seu respeito:

- a. Um desafio que não deve ser esquecido, que em algumas sub-regiões do Nordeste tem grande importância nas relações de trabalho, é o da sazonalidade do emprego. Nas zonas canavieiras e em outras partes do Nordeste em que predominam essas flutuações na ocupação da força de trabalho, geralmente vinculadas à atividade agropecuária, o que se verifica é uma fase de intensa utilização da força de trabalho ser seguida de momentos nos quais a quase totalidade dos trabalhadores é desativada sem alternativa de ocupação que possa garantir, minimamente, sua subsistência. Isso se traduz não só em redução significativa de seus rendimentos, na média anual, como na ausência de cobertura que possa assegurar a garantia de renda para o trabalhador e seus dependentes. Vale lembrar que, em muitas atividades urbanas (serviços e indústria), tais flutuações estão presentes e constituem determinante relevante na persistência de pobreza e da informalidade.
- b. Outro desafio reside na alta rotatividade da mão de obra regional, por vezes mais intensa que a que ocorre em média no mercado de trabalho brasileiro, que supera de modo significativo os padrões internacionais [Banco Central do Brasil (2011)].⁴ Esse fenômeno alcança, em geral, as pessoas ocupadas de menor nível de rendimento, os trabalhadores de menor qualificação e os mais jovens. Além disso, em sua evolução no país e na região, vem mostrando crescimento significativo na última década. São mencionadas, nas análises realizadas sobre a alta rotatividade

⁴ Ver também Silva Filho (sem data).

da mão de obra, além dos impactos negativos sobre o rendimento e a qualificação da força de trabalho, as dificuldades associadas à concretização de programas e políticas empresariais vinculadas ao aumento da produtividade e ao processo de inovação que exige a continuidade e persistência de vínculos duradouros no mercado de trabalho.

- c. Deve ser mencionado, também, o desafio que representa a inserção da mulher no mercado de trabalho. Estudos mostram que ocorreu, recentemente, a redução de hiatos que dizem respeito à forma de inserção das mulheres relativamente aos homens no mercado de trabalho em numerosos países. No entanto, tais hiatos persistem e as distâncias são, ainda, grandes quando se referem ao nível de remuneração, à taxa de desemprego e à inserção em trabalhos mais qualificados e em funções de direção, não obstante os avanços significativos que tiveram as mulheres quanto à escolaridade [Lavinhas e Veiga (2011)].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças constatadas no mercado de trabalho nordestino entre 2000 e 2010 foram radicais quando se estabelece a comparação com o que ocorreu nas décadas anteriores, notadamente entre a segunda metade dos anos 1980 e a década de 1990. Nos anos 2000-2010, o que se constata é o avanço do nível de emprego, a disseminação do processo de formalização da força de trabalho e o aumento significativo do nível de rendimento do trabalho.

Tais mudanças e transformações, embora não tenham superado os grandes desafios que ainda se apresentam no mercado de trabalho da região, como se assinalou anteriormente, abrem espaços para políticas e ações governamentais que dificilmente poderiam ser implantadas em uma situação na qual o avanço da precarização das relações de produção, o aumento significativo

do desemprego e a redução sistemática do rendimento do trabalho estivessem presentes.

O fato de ter predominando nos anos 1990 a adoção de políticas voltadas para a pobreza, e não para as relações de trabalho, tem sua razão nas dificuldades para implantar políticas centradas em um mercado de trabalho pouco dinâmico e submetido a um claro processo de desestruturação, no contexto de uma economia quase estagnada. Embora deva ser registrado que não houve, mais recentemente, ausência de medidas ou políticas voltadas para o mercado de trabalho, a fim de tornar mais inclusiva a expansão ocorrida na década 2000-2010, a ênfase dada nas políticas sociais foi centrada na pobreza e na identificação das populações em situações consideradas vulneráveis, notadamente da perspectiva do nível da renda domiciliar.

Uma orientação de políticas orientadas para os atuais desafios do mercado de trabalho da região, além de não ser incompatível com as políticas voltadas para a redução da pobreza nem com as políticas de disseminação e aumento da qualidade dos serviços sociais básicos, teria, sem dúvida, um papel da maior relevância na consolidação de um desenvolvimento com inclusão de importantes segmentos da sociedade. Para isso, a política social adequada ao presente momento vivido pelo Brasil e pelo Nordeste não pode deixar de considerar: (i) a consolidação da atual política voltada para a superação da pobreza, (ii) a ampliação e o fortalecimento de ações governamentais orientadas para os desafios atuais do mercado de trabalho (informalidade e ausência de proteção social da parcela significativa da força de trabalho, baixo nível de remuneração, baixo nível de instrução e qualificação da mão de obra, presença do trabalho infantojuvenil, entre outros) e (iii) a disseminação dos serviços sociais básicos entre os trabalhadores e suas famílias, notadamente os serviços de educação e formação profissional de qualidade.

REFERÊNCIAS

BALTAR, P. E. A. Estagnação, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade – Revista do Instituto de Economia da Unicamp*, Campinas, n. 6, 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Rotatividade do Emprego no Brasil. *Boletim Regional do Banco Central do Brasil*, Brasília, v. 5, n. 1, jan. 2011.

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. *Depois da queda – a economia brasileira da crise da dívida ao impasse do real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARLEIAL, L.; VALLE, R. (org.). *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ABET, 1997.

DEDECA, C. S.; BALTAR, P. E. A. Mercado de trabalho e informalidade no Brasil nos anos 1990. *Estudos Econômicos*, São Paulo, USP, v. 27, 1997.

FURTADO, C. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GUIMARÃES NETO, L. As economias regionais e o mercado de trabalho no Brasil dos anos de 1990. In: KON, A. (org.). *Unidade e fragmentação – a questão regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

KON, A. (org.). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LACERDA, A. C. Plano Real: entre a estabilização duradoura e a vulnerabilidade externa. In: KON, A. (org.). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

LAVINAS, L.; VEIGA, A.; Guerreiro, M. Estratégias femininas para conciliar trabalhos remunerados e trabalhos domésticos no século XXI. *Revista Abet*, São Paulo, Abet, v. X, n. 2, jul.-ago. 2011.

MORAES, A. C. Plano Brasil Novo. In: KON, A. (org.). *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

POCHMANN, M. *O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional*. Campinas: Cesis/Unicamp, 1998.

SILVA FILHO, L. A. *Mercado de trabalho e rotatividade no emprego industrial no Nordeste*. Natal: Urca e UFRN, s.d.

SUDENE; DIEESE – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE; DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS. *As grandes tendências da economia e do mercado de trabalho no Nordeste nas duas últimas décadas*. Recife, fev. 1999.

